

**A AVALIAÇÃO FORMATIVA: RESSIGNIFICANDO CONCEPÇÕES E
PROCESSOS****DOI: 10.5281/zenodo.14941788**Ana Gércia Leite Brasileiro¹Iara Alves de França¹Renata Fabiana Couto Araújo¹

RESUMO: A palavra avaliação faz parte do repertório do cotidiano das instituições educacionais. Vista de uma forma ampla, porém, podemos dizer que ela é um processo a que somos submetidos em vários níveis de nossas relações sociais. Ela está presente desde a nossa vida familiar, bem como nos grupos sociais com os quais estabelecemos alguma relação, a exemplo do mundo profissional e das instituições religiosas. Quando analisamos o termo na esfera educacional, percebemos que o ato de avaliar assume um importante papel no ensino-aprendizagem, pois é por meio dela que se estabelecem os marcos de aferição do desempenho durante uma carreira escolar e acadêmica. É ela que ao fim vai interferir, de uma ou outra forma, nos direcionamentos porque uma sociedade é regulada, afinal todos os indivíduos que vêm a compor os diversos segmentos sociais foram avalizados em sua passagem por instituições educacionais por processos de avaliação. Para embasar o ato avaliativo no âmbito das instituições de ensino, muitos estudos foram realizados apontando sua importância, métodos de aplicação, limites e contradições inerentes ao processo. Autores como Jussara Hoffmann (1995), Cipriano Luckesi (2005), Maria Amélia A. Goldberg (1979), Clarilza Prado Souza (2019), dentre outros, têm dado contribuições riquíssimas a esse debate. A atração pela temática, assim como as inquietações levantadas a partir da prática na esfera educativa, é o que nos move a buscar respostas à problemática que o tema avaliação sempre nos sugere, sobretudo no que tange à percepção da avaliação como um instrumento mediador na construção de saberes.

Palavras chave: Processo de Avaliação. Ensino. Aprendizagem. Mediador. Saberes.

Introdução

As concepções de avaliação, assim como os instrumentos de avaliação de aprendizagem utilizados na prática escolar, tem deixado muito a desejar, pois como sabemos o processo de ensino aprendizagem deveria se constituir, a priori, numa "via de mão dupla". Um processo em que os envolvidos no processo - educador e educando - sairiam mais enriquecidos desse contato, como resultado de suas participações ativas e práticas conjuntas executadas.

No contexto educacional, as concepções avaliativas sempre foram muitas vezes associadas unicamente à visão de examinar, de apartar as instâncias envolvidas,

¹ Pesquisadores de temáticas educacionais na contemporaneidade

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

deixando o aspecto quantitativo (somativos) prevalecer em relação ao qualitativo (formativas)..

Historicamente, as instituições educacionais - sua filosofia, organização, métodos, práticas e rituais - assim como ocorreu a outros institutos sociais, passaram por transformações. Na escola, particularmente, a concepção da mudança vai atingir seu elemento mais tradicional: a forma de avaliar.

Nos primórdios, os exames eram as formas utilizadas para se atribuir valor (notas, conceitos) ao que os educandos executavam nas escolas ou via seus estudos. Eram uma forma de medir rendimentos, ou seja, o quantitativo de “conhecimento” que o aluno conseguiu acumular. Essa concepção durou por décadas. A avaliação sendo mais como uma apreciação cumulativa que de real domínio dos conteúdos “aprendidos” ou das habilidades desenvolvidas.. Nesse nível de estática, quase pétrea, a avaliação pareceu, por tempos, da falta de reflexão coerente, da inovação e da percepção dela como parte do processo educacional, ou seja, de uma ação educativa mais complexa.

Como já salientamos, o processo educacional foi se ampliando e as demandas - exigências temporais e sociais, inclusive -, foram mudando. O que lá no século XVI e XVII, com os estudos e publicações de Comenius da Didática Magna (1649), eram prioridade, foram perdendo a “validade”. Com o passar do tempo, as ideias ou bases foram ficando arcaicas, caducando, devido às constantes mudanças porque a sociedade passa e as exigências que obrigam, naturalmente, a redefinição ou reconceitualização das instituições e seus princípios. A Didática Magna, vista anteriormente como um manual, ou seja, leis para boa ordenação da escola, resumia-se em ensinar tudo e a todos e tinha uma visão de avaliar em larga escala.

Em oposição a essa visão ancestral, Ralph Tyler (1930) apresentou novas possibilidades em seus estudos acerca dos processos de avaliação. Apresentados primeiramente nos EUA e Europa, eles paulatinamente foram chegando a outros países, incluindo o Brasil. A dinâmica apresentada por Tyler segue os seguintes passos: primeiramente ensina-se algo e, em seguida, diagnostica-se o aprendizado buscando sondar o nível de aprendizado junto ao aluno. Em caso de sucesso, parte-se então para outras aprendizagens. Em caso negativo, realiza-se um novo processo para que se chegue ao desejado.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

Essa progressão histórica nas conceituações e aplicações permite avaliar, reavaliar e reconceituar, num contexto amplo e notavelmente mutável, teorias e práticas utilizadas ao longo do tempo. Sobretudo permite lançar luzes sobre nossa prática, promover a adoção do olhar crítico sobre os sistemas vigentes e pensar sobre a avaliação que precisamos no contexto histórico que atravessamos e que garantirá a elaboração e aplicação de métodos que venham a influir na melhoria qualitativa do processo.

No final dos anos 1960 para 1970, o Brasil passou por uma reforma no ensino, a qual originou e culminou na implantação da Lei 5692/71, que mais tarde foi substituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta última veio a influir conceitualmente na percepção do processo de avaliação: onde imperava o termo “examinar”, lia-se a partir de agora os termos “avaliação” ou “avaliar”.

De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9392/96):

“Tão importante quanto avaliar são as decisões decorrentes dos resultados da avaliação, que não devem se restringir a reorganização da prática educativa encaminhada pelo professor no dia-a-dia; devem se referir a uma série de medidas didáticas complementares que necessitem de apoio institucional”. (LDB, p. 89)

Pelo exposto na letra da LDB já podemos perceber as mudanças advindas com o advento deste documento, que expressa a necessidade de respeitar as individualidades dos alunos, bem como estabelece a escola como um “corpo” todo responsável pelo alunado. Trata-se, portanto, de um avanço na educação nacional que, inclusive, antecede outros mais nesse cenário educacional.

Mas mesmo com essas mudanças já bem evidenciadas - com o surgimento de leis, mudanças nos parâmetros e outras inovações de mentalidades – ainda se percebe profissionais da educação abusando de concepções tradicionais de ensino, aprendizagem e avaliação. São docentes que mantêm presos e fiéis às concepções arraigadas, talvez pela comodidade e segurança que essas parecem sugerir. Concepções essas que se apresentam imbuídas de constrangimentos, cobranças e altos índices de reprovação. Não exagero em afirmar que nosso sistema está contaminado por essa prática, pois esses fatos aconteciam e se reproduzem até os dias de hoje.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

Sobre a avaliação tradicional, Jussara Hoffman (1998) faz algumas considerações:

"As notas das provas funcionam como redes de segurança em termos de controle exercido pelos professores sobre seus alunos, das escolas e dos pais sobre os professores, do sistema sobre suas escolas. Controle esse que parece não garantir o ensino de qualidade que viemos pretendendo, pois as estatísticas são cruéis em relação à realidade das nossas escolas". (pg...)

Nesse contexto em que o “quantitativo” prevalece sobre o “qualitativo”, numa equação desproporcional e equivocada, enredo de onde a avaliação emerge como uma forma de controle, faz-se necessário repensar a forma de avaliar. A questão primordial que emana deste cenário é: onde está a avaliação como processo de “via dupla” citado inicialmente? Como construí-la? Como desenvolvê-la e aplicá-la no âmbito escolar? Como identificar as demandas e adaptar os métodos para que não gerem mais descompassos?

Partindo do exposto sobre a “proporcionalidade” que a avaliação vem conquistando, sabendo da capacidade do alunado e tomando a percepção da avaliação como “via de mão dupla” faz-se necessário que haja uma ressignificação da avaliação e dos processos que a mesma segue.

Imposição versus dialogicidade

A avaliação é concebida, tradicionalmente, como um método eficaz de manter a rotina funcional da prática escolar, por meio da relação que se estabelece entre o fornecimento de conteúdos por parte do educador e o potencial acolhimento por parte do aluno. Um contrato em que a relação estabelecida se baseia, exclusivamente, na avaliação dura dos resultados.

Quase sempre a expectativa é que o alunado ofereça ao organizador dos testes as respostas previsíveis; enquanto aquele se comporta como um fiscalizador e cobrador extremado do desempenho. Todo um rito, portanto, baseado em uma espécie de manual ou cartilha de procedimentos.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

Ao mesmo tempo em que esse sistema garante a segurança institucional - a saúde da organização burocrático-funcional das escolas - sob certos aspectos chega a torná-la alvo fácil para questionamentos. Isso porque, pelo método adotado, a avaliação considerada nessas bases não é um meio infalível e, talvez, tenha na objetividade cega, seu ponto mais frágil. Os processos de avaliação que relegam determinadas características individuais dos alunos tendem a ser excludentes e, sobretudo, responsáveis maiores pela retenção escolar.

Não se contam os exércitos de alunos que já desistiram dos estudos, por se sentirem desvalorizados, enfraquecidos, submetidos que são à avaliações que apenas os excluíram cada vez mais da escola. Certamente, essa prática contribuiu firmemente para que muitos alunos abandonassem os bancos escolares, sentindo-se incapazes de continuar e acreditando que a escola não é para todos. Ou melhor, que ela seja criada para os mais capazes, os geniais, naturais “herdeiros do futuro” por meio do estudo.

O avanço no estudo depende, também, da sequência de avaliações a que os indivíduos são submetidos no decorrer da vida. Muitas vezes esse processo é determinante logo nos primeiros passos, nos inícios da vida escolar. Quantas histórias de vidas ouvimos e vemos de pessoas do nosso entorno que não avançaram nos estudos, apenas obtiveram conhecimentos básicos que auxiliam em sua sobrevivência cotidiana.

Claro está que, enfim, nos deparamos com um desafio dentro da lógica educativa vigente: Há um problema e ele mora no processo de avaliação. Então, por que meios reverter o desânimo e, sobretudo, barrar a lógica que interfere objetivamente na avaliação e na progressão da aprendizagem? Como intervir num processo marcado, em sua maior parte, por avaliações que não tiveram o objetivo do aprimoramento da aprendizagem?

De acordo com Luchesi,

"A avaliação da aprendizagem existe propriamente para garantir a qualidade da aprendizagem do aluno. Ela tem a função de possibilitar uma qualificação da aprendizagem do educando" (1999, p. 66).

Por esse prisma particular, no qual o autor aponta para a centralidade da avaliação na “qualidade da aprendizagem”, depreende-se a importância de se

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

reconsiderar os valores atribuídos aos métodos de avaliação quantitativos. É mais que necessário dar margem a emergência de formas mais dialogantes de aplicação de avaliações, onde particularidades sensíveis ao aluno e seu ambiente subam à tona e sejam levadas em conta no processo.

A avaliação, então, é atravessada pela necessidade de ser reconsiderada enquanto prática pedagógica necessária, para redirecionar as ações do planejamento e alcançar melhores resultados na aprendizagem dos educandos.

Avaliação como vetor do aprimoramento da aprendizagem

Uma das propostas mais excitantes para a reformulação da avaliação talvez seja o investimento na reconceituação dos métodos ou, mais precisamente, na mudança na inter-relação entre as entidades envolvidas no processo ensino-aprendizagem. Nesse modelo, escola, professor e aluno compõem um sistema mais aberto na construção do conhecimento. Para tanto, o conceito de avaliação formativa se destaca como aquele que apesar do foco ser o aluno, a prática pedagógica do professor também sai valorizada e faz total diferença no contexto escolar.

Aqui é necessário compreender esse processo como um instrumento de gestão que aproxima pessoas e, portanto, necessita de um foco específico sobre os seres humanos envolvidos. Torna-se preciso, então, considerar a complexidade humana, condição premissa de habilidades e talentos, assim como outros itens que podem ser melhorados. Também considerar que nenhum tipo de avaliação é totalmente objetivo, já que são atravessados por fatores emocionais e humanos. Assim, tanto o aplicador da avaliação quanto o educando avaliado tem a mesma possibilidade.

Esta é a dialogicidade entre educador e educando no processo de ensino-aprendizagem, tão bem exposta em palavras de Jussara Hoffman (1996).

“Entendo que a avaliação, enquanto relação dialógica, vai conceber o conhecimento como apropriação do saber pelo aluno e pelo professor, como ação-reflexão, ação que se passa na sala de aula em direção a um saber aprimorado, enriquecido, carregado de significados de compreensão. Dessa forma a avaliação passa a exigir do professor uma relação epistemológica com o aluno. Uma entendida

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

como uma reflexão aprofundada sobre as formas como se dá a compreensão sobre o objeto do conhecimento".

É nesse formato que podemos perceber a avaliação mediadora no processo de ensino-aprendizagem, pois os envolvidos, desde os professores e alunos até componentes como ensino, conteúdos, aprendizagem e avaliação se envolvem de uma forma que a consequência é o conhecimento estruturado, significativo e diverso.

A sensibilidade do professor nesse processo é de fundamental importância, pois é por meio dela que ele será capaz de utilizá-la para perceber a individualidade dos seres envolvidos no processo. Munido desta, ele também dará a importância necessária à socialização de saberes e o respeito à heterogeneidade da turma, em que há trocas oportunizam o reconhecimento da diversidade dos conhecimentos significativos que tenham sentido coletivo.

As vivências e experiências realizadas em sala de aula são fundamentais no processo de construção dos conhecimentos, para que seja alcançado um desenvolvimento desejável nos aspectos cognitivos, comportamentais e sociais do alunado. Para encaminhar esse processo, Piaget e Vigotsky mostram a importância do professor neste processo como mediador e constante delineador das relações construídas em sala de aula.

Considerações finais

Os trabalhos envolvendo a avaliação mediadora sofrem processos de mudança a cada dia e, talvez, esta ande se insurgindo como proposta mais humanizada a ser adotada no ambiente escolar. Entretanto, nota-se que sua aceitação plena e aplicação metódica demanda “amor” e comprometimento por parte dos educadores, o que nem sempre é detectado na prática diária dos mesmos. Omissão e desmotivação maculam o sucesso das tentativas.

Temos que ver a avaliação como ato e ação mediadora, quando há o diálogo, quando se conhece quem educa e conhece a si próprio, quando se oportuniza ao alunado a viver situações problemas e também confia nas suas habilidades de respostas.

Com essa postura que para alguns pode ser retórica é que podemos dar um novo significado a avaliação onde os polos envolvidos no processo educativo, se envolvem de

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

tal forma que podemos perceber a “via de mão dupla”, um processo enriquecedor de parte a parte, e, conseqüentemente, a ressignificação de conceitos e processos.

Bibliografia

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação Mediadora**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1996.

. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 1998

. Avaliação formativa ou avaliação mediadora?, in <https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2018/08/avaliao-formativa-ou-avaliao-mediadora-1.pdf>

LUCHESE, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 9.ed. - São Paulo: Cortez, 1999.